

## Mensagem do Presidente

**João Torres** - Presidente da Direcção, APE

Estimados Associados,

Foi com muita honra que assumi as funções de Presidente da Direcção da Associação Portuguesa da Energia, instituição prestigiada e agregadora de todas as áreas ligadas ao sector energético, com a missão de dinamizar o debate em toda a cadeia de valor da energia.

Tendo presente o contributo do sector para a economia, a sociedade e a qualidade de vida em Portugal, esta Direcção inicia funções num dos momentos mais desafiantes das últimas décadas, num contexto de incerteza que ainda torna mais relevante o objectivo da transição energética.

Para isso, a APE quer, antes de mais, promover o envolvimento de todos os associados nas suas actividades, privilegiando a diversidade de temas, a independência das abordagens e uma visão global do sector.

Iremos revitalizar o *networking*, tanto a nível nacional pela interacção com os nossos associados e a cooperação com instituições congéneres, como a nível internacional promovendo uma maior ligação ao World Energy Council, que celebra o seu primeiro centenário no próximo ano.

A literacia energética é outra das prioridades a que daremos particular atenção, informando a opinião pública com independência através de presença regular nos media, bem como através do *website*, da *newsletter* e de estudos sobre temas prementes, quando oportuno. A um nível mais especializado, a grande conferência anual e seminários continuarão a fazer parte da nossa agenda. O programa AMEG, que realizamos em parceria com a AESE Business School, deverá continuar a afirmar-se como referência para quadros de nível superior.

Continuaremos a apoiar o programa Future Energy Leaders Portugal, que tem atraído as gerações mais jovens para o debate de ideias através das actividades que tem desenvolvido em ligação com a Associação e que irão trazer, certamente, uma visão renovada e menos formatada para a discussão.

Promover a paridade de género a nível da intervenção no sector da energia é outro objectivo que começámos já a trabalhar. O programa Women Energy Portugal (WEP), partindo da iniciativa dos membros femininos do Future Energy Leaders Portugal, foi anunciado já no passado dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, encontrando-se numa fase de operacionalização que prevê a realização de um evento para Junho próximo.

Esta ambição, suportada por uma equipa motivada e empenhada, reflecte-se também na vontade de aumentar em diversidade e número os membros da Associação, garantindo assim um debate enriquecido por um universo mais abrangente e a formulação de propostas mais adequadas e justas, que respondam aos desafios deste tempo.



Decorreu no passado dia 24 de Janeiro a Tomada de Posse dos Órgãos Associativos da APE para o triénio 2022 – 2024. A lista candidata aprovada pelos dos Associados presentes integra, como Presidente da Direcção João Torres, em representação da EDP – Energias de Portugal, SA como Presidente da Mesa da Assembleia Geral o Director Geral de Energia e Geologia, João Bernardo, e, como Presidente do Conselho Fiscal, Pedro Verdelho, em representação da ERSE. Mais informações em: <https://apenergia.pt/tomada-de-posse-dos-orgaos-associativos-da-ape/>

## 5ª Edição do Programa AMEG



O Programa AMEG - Advanced Management in Energy tem vindo a firmar-se como uma referência nas actividades formativas na área da energia, encontrando-se já na sua 5ª edição.

Iniciado a 8 de Fevereiro, com uma conferência inaugural pelo Prof António Costa Silva que, de novo, nos distinguiu com a sua colaboração, o curso prolonga-se até 10 de Maio.

O regime de dois meios-dias semanais tem sido muito bem aceite pelos participantes, bem como o esquema adoptado, intercalando a apresentação da cadeia de valor e regime regulamentar dos distintos vectores energéticos com a discussão de casos e o desenvolvimento das competências de gestão - vertentes assumidas, respectivamente, por associados da Associação Portuguesa da Energia especialistas em energia e por professores da AESE Business School.

## Apresentada a cohort 2022 dos Future Energy Leaders Portugal

A Associação Portuguesa da Energia (APE) e os Future Energy Leaders Portugal (FELPT) apresentaram no dia 17 de Fevereiro a cohort programa de 2022, num evento que contou com a presença do Presidente da Direção, João Torres e do Secretário Executivo da Associação, Bento de Moraes Sarmiento, bem como um representante do Advisory Committee, Nuno Silva, CTO da Efacec e antigo presidente dos FEL100, programa internacional do World Energy Council.



No seguimento do sucesso da primeira edição de 2021, em que foram dinamizadas várias iniciativas de debate e reflexão sobre o setor energético em Portugal, foi seleccionado, para alargar a cohort, um conjunto de jovens de elevado potencial, através de um processo de análise dos percursos profissionais e académicos de excelência das dezenas de candidatos.

Na sua intervenção João Torres, Presidente da Direção da APE, referiu que *“Os Future Energy Leaders, através do seu conjunto de iniciativas, têm tido a preocupação de trazer a energia para um debate esclarecido e participado, enquadrando-se, de forma evidente, naquilo que é a ambição que temos para a APE, de que seja uma Associação plural, isenta, independente e agnóstica em relação às tecnologias, promovendo o envolvimento de todos.”*

O programa FELPT apresentou, também, o seu plano de atividades para o ano de 2022, com a ambição de contribuir para a reflexão sobre o futuro do setor energético neste contexto de transição, combatendo a iliteracia energética da sociedade, capitalizando, com estes objectivos, as competências dos futuros líderes do setor, enquadrados pela APE.

## Women Energy Portugal—programa mobilizador de mulheres do sector da energia lançado pela APE

Associação Portuguesa da Energia apresenta o programa Women Energy Portugal, que pretende agregar as mulheres do sector, promovendo a sua participação no debate da energia, estimulando a igualdade de género e a liderança num sector em grande transformação.



Esta iniciativa, baseada em valores de inclusão, interacção e compromisso, visa também envolver as gerações mais jovens, através do diálogo intergeracional e de programas estruturados de *mentoring*.

A Associação Portuguesa da Energia acolheu com agrado esta iniciativa, proposta pelos membros femininos do programa Future Energy Leaders Portugal, que vão constituir a equipa inicial de implementação do programa.

Para **João Torres, Presidente da APE** *«Num tempo de enormes desafios no sector energético, promover a maior diversidade no debate é um dos objetivos da Associação. Nesse contexto, também na Energia temos de fazer caminho para a igualdade de género, que queremos liderar de forma clara. Partindo de uma equipa jovem, qualificada e muito motivada, vamos incentivar a mobilização para maior participação feminina, esperando contar também com um papel ativo das mulheres que, nas últimas décadas, têm tido papel de destaque no sector da energia em Portugal, fazendo do WEP um ponto de encontro intergeracional.*

*O lançamento desta iniciativa é a nossa forma de assinalar o Dia Internacional da Mulher.»*

**Ana Luís de Sousa, Secretária-Geral dos FELPT** e uma das impulsionadoras da iniciativa, considera que *«Se acreditamos que é possível alcançar a equidade de género em todos os sectores da nossa sociedade, devemos dar o nosso contributo activo e empenhado para alcançar esse objectivo nas áreas em que estamos presentes.»*

## Plataforma para a Promoção dos Combustíveis de Baixo Carbono



Oito organizações Portuguesas que operam na cadeia de valor dos combustíveis para a mobilidade, unem forças para formar a [Plataforma para a Promoção de Combustíveis de Baixo Carbono](#). Agora em conjunto e totalmente comprometidas com os objetivos climáticos europeus, procuram contribuir para a descarbonização do setor da mobilidade, de uma forma sustentável e acessível a todos.

Nesta iniciativa encontram-se representadas organizações que operam em diferentes etapas da cadeia de valor, desde a matéria-prima à produção do combustível, incluindo o seu fornecimento e distribuição, constituindo uma parte muito substancial dos setores dos combustíveis renováveis sustentáveis em Portugal e da mobilidade, nomeadamente a terrestre, ligeira e pesada, a aviação e a marinha, incluindo os consumidores.

Os membros da Plataforma PCBC estão empenhados em contribuir para uma economia climaticamente neutra até 2050 e para uma transição para combustíveis produzidos a partir de matérias-primas alternativas, nomeadamente biomassa sustentável, agrícola e florestal, resíduos, bem como a partir de eletricidade de fontes renováveis e CO2 para a produção de combustíveis sintéticos derivados do hidrogénio.

## FlyZero

Promovido pelo [ATI](#) (Aerospace Technology Institute) e apoiado pelo Governo do Reino Unido, FlyZero é um projecto de investigação que tem por objectivo conseguir, até meados da década de 30, viabilizar o transporte aéreo com emissões zero de carbono. O projecto quer demonstrar o enorme potencial do hidrogénio líquido para o transporte aéreo, incluindo a muito grande distância – tirando partido da elevada densidade energética do H2 liquefeito (o triplo da energia do querosene e sessenta vezes o de uma bateria eléctrica, por unidade de massa).



Os desafios são ainda enormes, não só económicos (esperando-se, contudo, que o desenvolvimento da procura torne o custo o H2 líquido competitivo) como técnicos (sistemas criogénicos de infraestruturas de abastecimento, turbinas a hidrogénio...).

ATI anuncia para este ano uma apresentação mais pormenorizada deste projecto, incluindo conceito das aeronaves, programação tecnológica e avaliação económica e de sustentabilidade.

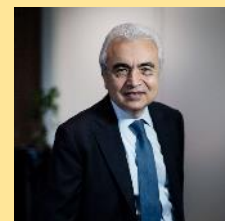
## Libertação de reservas de petróleo para estabilizar o mercado

Os países membros da Agência Internacional da Energia acordaram em colocar no mercado mais de 60 milhões de barris de petróleo das suas reservas obrigatórias de petróleo, evidenciando a sua capacidade de obstar a uma crise de abastecimento, em consequência da agressão da Rússia contra a Ucrânia. Esta resposta inicial representa cerca de 3% do total de reservas de emergência dos países da AIE.

É apenas a quarta vez que a Agência reage a uma crise do mercado energético através da libertação de reservas, tendo as anteriores sido em 1991 (invasão do Kuwait pelo Irak), 2005 (perturbação da produção devida ao Hurricane Katrina no Golfo do México) e 2011 (crise na Líbia).

*«The decision taken to release emergency stocks – for only the fourth time in the IEA’s history – has sent a strong message that IEA members are unified in support of Ukraine and will do all they can to provide stability to the market during these difficult days...»*

Dr Fatih Birol  
Executive Director, IEA



## A Europa vai tornar-se um actor principal na produção de baterias?

A empresa sueca [Northvolt](#) completou e tem em fase de recepcionamento [commissioning] uma fábrica de baterias que iniciará a produção industrial em 2022 para fornecer a BMW, a Volvo e o Grupo VW, devendo atingir uma capacidade de 150 GWh até 2030. A empresa está associada com a VW na Alemanha para outro projecto.



Também na Europa, outros projectos estão em diversas fases de concretização: a [Gigafactory Berlin-Brandenburg](#) da Tesla; a parceria da Mercedes com os chineses da [Farasis](#) e a chinesa [CATL](#) também na Alemanha. Por seu lado, a Renault tem parcerias com a [Verkor](#) e com a [Envision](#) chinesa, e a Total com a [Stellantis](#) (fusão dos grupos [Fiat Chrysler](#) e da [PSA](#)) para fábricas em França e na Alemanha. Na Polónia encontra-se já a laborar desde 2017 uma fábrica de baterias lançada pela coreana LG ([LG Energy Solution Wrocław](#)) com um objectivo de produção de 100 GWh.

## ‘Aurora’ – joint venture Galp-Northvolt para o lítio

A [Galp](#) anunciou ([press release](#)) em Dezembro p.p. a constituição de uma joint venture denominada ‘[Aurora](#)’ com a [Northvolt](#), visando a refinação e tratamento do lítio que se prevê extrair das minas do Barroso. O projecto prevê um investimento de 700 milhões de euros e a produção anual de **35 mil toneladas de hidróxido de lítio**, estando em curso os necessários estudos técnicos e económicos.



## Revisão da Directiva de tributação da energia

A Directiva 2003/96/EC (conhecida por ETD, *Energy Taxation Directive*), que estabeleceu as actuais regras e valores mínimos da tributação incidente sobre os produtos energéticos e a electricidade, encontra-se desajustada em relação aos objectivos europeus de redução das emissões carbónicas. Nomeadamente, não existe nenhuma relação entre os impostos mínimos fixados na Directiva e o impacto ambiental causado, não se promove a eficiência, nem se apoiam os combustíveis menos poluentes (e.g., o biodiesel é taxado nos mesmos termos do gasóleo fóssil). Também permitiu a nível nacional a fixação de valores que desequilibram o mercado único de combustíveis, e isentou certos sectores, como a aviação e a navegação.



Recorda-se que a Comissão, em 2011 tinha proposto uma revisão que, na fixação dos valores mínimos, atendia ao teor energético e às emissões carbónicas – proposta que foi retirada por falta de acordo entre a Comissão e o Conselho.

Foi apresentada em Junho pela Comissão outra Proposta de Directiva [[COM\(2021\) 563 final](#)] com nova *estrutura*: (1) o valor mínimo da tributação é baseado no teor energético mas também tem em conta o desempenho ambiental do produto energético e (2) é alargada a base de incidência, passando a tributação a abranger produtos e sectores que estão agora isentos. Nota-se que a actual Directiva aplica taxas ao volume, o que, por exemplo, penaliza a mistura de biocombustíveis no gasóleo ou de álcool na gasolina.

Continuam a ser previstas taxas reduzidas, mas temporárias e com racionalidade ambiental, económica ou social, contemplando, por exemplo: produtos energéticos de fontes renováveis; consumos no sector primário (e.g., agricultura); compensações a famílias de baixos rendimentos. Nesta área social (“não deixar ninguém para trás”) além das iniciativas Fundo para a Transição Justa e do Fundo Social Europeu+, surge o novo Fundo Social para o Clima (preocupação também presente no PRR).

No que respeita à aviação e à navegação no espaço comunitário, prevê-se um período de transição de dez anos até se atingir a tributação mínima prevista para os produtos consumidos, procurando assim reduzir a fuga para abastecimento em espaço não comunitário.

## Taxonomia União Europeia

O [Regulamento](#) (UE) 2020/852 estabeleceu critérios para determinar se uma atividade económica – e o correspondente investimento, - é qualificada como sustentável do ponto de vista ambiental, contribuindo substancialmente para os objetivos ambientais seguintes:

**a)** mitigação das alterações climáticas; **b)** adaptação às alterações climáticas; **c)** utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos; **d)** transição para uma economia circular; **e)** prevenção e o controlo da poluição; **f)** proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas.

A definição de critérios é necessária para evitar uma diversidade de interpretações que seria susceptível de distorcer a concorrência e mesmo de obstar à prossecução eficaz das políticas climáticas. A taxonomia permite estabelecer um conceito comum para o investimento sustentável no mercado financeiro, rotulagem dos produtos financeiros e relatórios de sustentabilidade das empresas.

Esta matéria é explicitada pela Comissão na ‘*Communication on EU taxonomy, corporate sustainability reporting, sustainability preferences and fiduciary duties*’ [[COM\(2021\) 188 final](#)] que tem como referencia o European Green Deal ([Pacto Ecológico Europeu](#)).

O Regulamento Delegado Taxonomia Climática da EU [([EU](#)) 2021/2139] veio estabelecer, relativamente às atividades de mitigação e de adaptação às alterações climáticas [(a) e b) acima], um conjunto de requisitos (entrou em vigor em Janeiro p.p.).

Não obstante o seu potencial para a descarbonização da economia europeia, este regulamento não considerava o nuclear e o gás natural. A Comissão vem agora reconhecer esta capacidade num Acto Complementar ao mencionado Regulamento, estabelecendo contudo condições rigorosas para a sua inclusão.

Está previsto um outro Acto Delegado para as atividades que contribuam substancialmente para os outros quatro objetivos ambientais estabelecidos no Regulamento de Taxonomia da UE [alíneas c) a f) acima]. Além disso, o âmbito de aplicação do Regulamento de Taxonomia poderá vir a ser alargado para abranger outros níveis de desempenho ambiental, bem como outros objetivos, como como objetivos sociais.



## WE Council – Europa publica estudo sobre o Hidrogénio

O WE Council-Europa promoveu um estudo sobre o Hidrogénio que analisa a dimensão do mercado até 2050, os custos e o potencial de produção endógena, constatando a necessidade de prever a importação de regiões limítrofes e de criar as condições para a sua efectivação. O estudo está publicado pela Revue Française de l'Énergie e é acessível neste [link](#).



Breves extratos das principais conclusões:

- A produção de hidrogénio na União Europeia (UE) deverá ser insuficiente para satisfazer a procura, que pode chegar a 60 milhões de toneladas em 2050, sendo provável a necessidade de importações significativas.
- A economia e o financiamento de infraestruturas desempenharão um papel fundamental para a importação e a implantação de um mercado de hidrogénio.
- Serão necessários cerca de 900 mil milhões de dólares (cerca de 760 mil milhões de euros) para a produção de hidrogénio e a concretização de projetos de infraestruturas de importação fora da UE entre 2021 e 2050.
- A implementação de um regime regulatório claro é de fundamental importância para garantir que os investimentos sejam realizados em tempo útil.
- As políticas nacionais e europeias devem proporcionar clareza e visibilidade aos investidores, tanto da UE como dos potenciais países exportadores.

## 59% de energia elétrica renovável em 2021

Em 2021, a produção de origem renovável abasteceu 59% do consumo de electricidade em Portugal: eólica 26%, hidroelétrica 23%, biomassa 7% e fotovoltaica 3,5%. Embora continue minoritária, é de realçar o crescimento muito acentuado (mais 37%) da capacidade fotovoltaica face a 2020.

A produção de origem fóssil satisfaz os restantes 31% do consumo, sendo 29% a partir de gás natural e apenas cerca de 2% de carvão (a última central do País foi encerrada no final de Novembro). O saldo importador foi de 10%. O índice de produtividade hidroelétrica alcançou 0,93 e o de produtividade eólica 1,01.

[Fonte: Newsletter REN]

## Carlos Tavares (Stellantis) critica a política da mobilidade eléctrica da UE



Carlos Tavares, CEO da [Stellantis](#), manifesta cepticismo em relação à política de mobilidade eléctrica adoptada pela Europa: «a electrificação é a tecnologia escolhida pelos políticos, não pela indústria» foi uma das suas declarações em recente entrevista a quatro jornais europeus (*Les Échos*, *Handelsblatt*, *Corriere della Sera* e *El Mundo*).

O líder do novo grupo que reuniu a Peugeot (“Groupe PSA”) a Fiat Chrysler Automobile (“FCA”) considera que a proibição de vender carros a gasolina ou gasóleo a partir de 2035 «cria um risco social», por via do custo elevado (mas não só). Por outro lado, entende que essa opção também não considera adequadamente o ciclo de vida dos veículos eléctricos – afirmando que, para o mix eléctrico da Europa, só a partir dos 70000 km fica compensada a pegada ambiental associada à produção das baterias utilizadas no veículo eléctrico. Carlos Tavares preferiria uma opção por veículos híbridos, mais económicos e, assim, mais acessíveis à população em geral. Refere ainda a provável incapacidade de alguns fabricantes e de muitas empresas que integram o actual sistema de produção e manutenção sobreviverem no processo de transição.

Nota-se que, não obstante estas críticas, o plano estratégico DARE Forward 2030 segue uma decidida política de electrificação e anuncia a neutralidade carbónica da Stellantis para 2038 ([press release](#)).